







PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.7.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.7.8. Agente público do órgão ou entidade licitante;

2.7.9. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

2.7.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.7.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

2.8. O impedimento de que trata o item 2.7.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.9. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.7.2 e 2.7.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.10. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.11. O disposto nos itens 2.7.2 e 2.7.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.12. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.13. A vedação de que trata o item 2.7.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

03. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

03.01. As despesas advindas da execução do objeto desta licitação correrão por conta do(s) crédito(s) orçamentário(s) sob a(s) classificação(ões) funcional(is) programática(s) e categoria econômica abaixo discriminadas:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



02 PODER EXECUTIVO

0209 SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

020201 DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

04 122 0003 2003 0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 024

02 PODER EXECUTIVO

0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

020401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 244 0005 2005 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 050

02 PODER EXECUTIVO

0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

020501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 0006 2010 0000 ENCARGOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 094

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 361 0007 2013 0000 ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 117

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020601 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 0007 2013 0000 ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 118

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020605 ENCARGOS COM ENSINO SUPERIOR

12 364 0007 2021 0000 ENCARGOS COM ENSINO SUPERIOR

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 159

02 PODER EXECUTIVO

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

020701 DEPTO DE VIAS URBANAS

15 452 0008 2023 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 165

02 PODER EXECUTIVO

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

020702 DEPTO DE VIAS URBANAS

26 782 0008 2024 0000 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RODAGEM MUNICIPAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 171

02 PODER EXECUTIVO

0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE

020801 DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA

20 606 0009 2025 0000 MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO AMBIENTE

3.3.90.30.0 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 179



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



6.2 No preenchimento da proposta eletrônica deverão, obrigatoriamente, ser informadas no campo próprio as ESPECIFICAÇÕES e MARCA dos produtos ofertados, conforme a ficha técnica descritiva do serviço e/ou produto. A não inserção de informações neste campo, implicará na desclassificação da empresa, face à ausência de informação suficiente para classificação da proposta.

6.3 O objeto deverá estar dentro das especificações contidas no(s) Termo de Referência - Anexo II do edital e de acordo com os demais documentos expedidos pelo Departamento Municipal de Engenharia e anexos ao edital.

6.4 A validade da proposta será de no mínimo **60 (sessenta) dias**, contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

6.5 Para o licitante ME/EPP será necessário a informação do regime fiscal no campo próprio sob pena do licitante enquadrado nesta situação não utilizar dos benefícios do direito de preferência para o desempate, conforme estabelece a Lei Complementar nº 123/2006.

6.6 Atendidos todos os requisitos, será considerada vencedora a licitante que oferecer o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

6.7 Nos preços cotados deverão estar inclusos todos os custos e demais despesas e encargos inerentes ao produto até sua entrega no local fixado por este edital.

6.8 Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste edital ou da Legislação em vigor.

6.9 O lance deverá ser ofertado em conformidade com o objeto do edital, se for global, preço total, se for unitário, pelo valor unitário para os itens e/ou lotes. Deve-se observar um valor de diferença mínima entre os lances, assim evitando valores irrisórios quando o valor do objeto for de grande porte.

6.10 O envio da proposta e demais documentações exigidas neste edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7 DA ABERTURA DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1 A partir do horário previsto no Edital e no sistema, terá início a sessão pública do pregão, na forma eletrônica, com divulgação das propostas de preços recebidas, passando o(a) Pregoeiro(a) a avaliar a aceitabilidade das propostas. Todo contato com o(a) Pregoeiro(a) deve ser feito através do chat disponibilizado pelo sistema. **O(a) Pregoeiro(a) não atenderá licitantes durante a sessão, seja via telefone, e-mail ou qualquer outro meio que não o chat do sistema.**

7.2 Aberta a etapa competitiva, os representantes dos fornecedores deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.3 Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.3.1 Não serão aceitos, ao final da disputa, preços com mais do que 2 (duas) casas decimais após a vírgula. Sendo necessário a negociação e o arredondamento dos preços no caso de ocorrer.

7.4 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5 As propostas não deverão estar com valores superiores ao máximo fixado (REFERENTE AO VALOR UNITÁRIO OU DO LOTE) e não havendo lances com valores iguais ou inferiores, serão desclassificados.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



7.21.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.21.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório

7.21.4. O (A) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.21.5.1. A proposta final **READEQUADA** deverá ser encaminhada no prazo exigido no item 7.21.5, a contar da solicitação do (da) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico e devendo ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal. Deverá conter ainda:

- a) Nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal da licitante, se houver, telefone para contato, endereço de e-mail e dados do representante legal da empresa;
- b) Número do Pregão e do Processo;
- c) **Marca** e Descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações técnicas deste Edital;
- d) **Preço unitário, total e valor global**, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, necessárias para a execução do objeto do edital, inclusive os de ordem social, previdenciária, trabalhista, securitária e tributária.
- e) Prazo de validade da proposta de no **mínimo 60 (sessenta) dias**;
- f) Declaração de que os produtos e serviços são de primeira qualidade;
- g) Declaração que está ciente, aceita e se submete a todas as regras do presente Edital;
- h) A proposta deverá conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor (pessoa jurídica) para fins de pagamento, bem como todos os dados de identificação do representante legal da empresa que assinará o Contrato ou Ata de Registro de preços.

7.22. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

7.23. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência (sendo o caso), vinculam a Contratada.

7.23.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

7.24. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9 DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À HABILITAÇÃO

9.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir;

9.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal da sede da licitante;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, vinculados a atividade da empresa pertinente ao objeto da presente licitação;
- d) Prova de regularidade para a com a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria da Fazenda Nacional e o Sistema de Seguridade Social (INSS);
- e) Prova de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade para com débitos trabalhistas (CNDT); (Lei 12.440/11).

9.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor(es) do



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



domicílio (filial) ou sede (matriz) do licitante, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento.

a.1) No caso de empresa em recuperação judicial será aceita certidão positiva, desde que acompanhada do Plano de Recuperação, devidamente homologado pelo juízo, em vigência, e que demonstre a capacidade de atendimento das exigências para a comprovação econômico-financeira previstas no edital.

a.2) No caso de sociedade civil, a proponente deverá apresentar certidão dos processos cíveis em andamento, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em data não superior a 90 (noventa) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento.

9.4. OUTRAS COMPROVAÇÕES:

- a) Declaração Unificada da licitante, elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho (**Anexo V - Declaração Unificada**).

Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando a **inexistência de impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração (Anexo V - Declaração Unificada)**.

- b) Ficha cadastral para fins contratuais (Anexo IV);

9.5.0 (A) Pregoeiro (a) reserva-se o direito de solicitar das licitantes, em qualquer tempo, no curso da licitação, quaisquer esclarecimentos sobre documentos já entregues, fixando-lhes prazo para atendimento.

9.6. A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital, após o prazo determinado, implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de novo prazo para apresentação da documentação exigida para a habilitação.

9.7. Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo endereço referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros a filial. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

9.8. Os documentos de habilitação deverão estar em plena vigência e, na hipótese de inexistência de prazo de validade expreso no documento, deverão ter sido emitidos há menos de 60 (sessenta) dias da data estabelecida para o recebimento das propostas.

9.9. Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, por ocasião da licitação, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição fiscal.

9.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



crédito em conta corrente (P.J) indicada pelo licitante(s) vencedor(es), no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo Setor responsável pelo recebimento da unidade solicitante.

12.1.1 O Pagamento será feito em conta corrente em nome da CONTRATADA no Banco do Brasil", sendo que caso não for apresentado conta corrente na referida instituição bancária, o pagamento será realizado via TED - Transferência Eletrônica Disponível, sendo os encargos/taxas por responsabilidade da CONTRATADA.

12.2 - Para fins de verificação da manutenção dos critérios de habilitação, a empresa deverá apresentar, junto ao documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS - CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

12.3 - Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

12.4 - Caso se faça necessária à reapresentação de qualquer Nota Fiscal/Fatura por culpa do contratado, o prazo previsto no item 12.1 reiniciar-se-á a contar da data da respectiva reapresentação.

12.5 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

12.6 - No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

12.7 As despesas com o pagamento do referido objeto correrão por conta de dotações orçamentárias disponíveis no momento da contratação, se houver.

13. DOS RECURSOS

12.8 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inhabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.9 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

12.10 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inhabilitação do licitante:

12.11 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, quando aberto o prazo específico em sistema, que será de no mínimo 10 (dez) minutos, sob pena de preclusão;

12.12 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inhabilitação;

12.13 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.14 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.1. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

12.15 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



14.41. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.42. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.43. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Prefeitura Municipal de Vitória Brasil.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.9. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de VITÓRIA BRASIL revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15.10. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

15.11. Somente serão aceitos as propostas e os lances encaminhados pelo sistema eletrônico, conforme informação no preâmbulo deste Edital.

15.12. É facultada ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade superior do Município de VITÓRIA BRASIL, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo licitatório vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.13. As decisões referentes a este processo licitatório poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL

CNPJ 01.611.210/0001-89



comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na imprensa oficial do município.

15.14. Havendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para dia e horário definidos pelo(a) Pregoeiro(a), comunicando devidamente aos licitantes do pregão eletrônico.

15.15. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o Município de VITÓRIA BRASIL revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes da licitação.

15.16. A participação na presente licitação implica a concordância, por parte do licitante, com todos os termos e condições deste Edital.

15.17. O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

15.18. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

15.19. Após o envio da proposta e dos lances não caberá desistência, salvo se por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pelo(a) Pregoeiro(a).

15.20. Os casos omissos serão decididos pelo(a) Pregoeiro(a) em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Lei citadas no preâmbulo deste edital.

15.21. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

15.22. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço www.VITÓRIA-BRASIL.sp.gov.br.

15.23. O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca de JALES/SP.

15.24. Constitui-se parte integrante deste edital:

15.25. ANEXO I- Estudo Técnico Preliminar

15.26. ANEXO II - Termo de Referência

15.27. ANEXO III - Declaração de enquadramento ME e EPP

15.28. ANEXO IV- Ficha Cadastral

15.29. ANEXO V - Declaração Unificada

15.30. ANEXO VI - Minuta de Contrato

Prefeitura Municipal de Vitória Brasil(SP), 20 de Março de 2024.

Paulo Henrique Miotto
Prefeito de Vitória Brasil



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO I - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Número do processo: 008/2024

Secretaria demandante: Gabinete do Prefeito

Responsáveis pelas informações do ETP: Ladyane Fernanda Jesus Pereira / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Responsáveis pelas informações do ETP: Ladyane Fernanda Jesus Pereira / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Responsáveis pelas informações do ETP: José Marcos Crippa / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Educação

Responsáveis pelas informações do ETP: Weslei Fernando Ormaneze / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Saúde

Responsáveis pelas informações do ETP: Neuzeli Adriana Rossini Masson / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsáveis pelas informações do ETP: Franciele Roberta da Silva Montilha / Cláudio Febraro

Secretaria demandante: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Responsáveis pelas informações do ETP: João Carlos Nucci / Cláudio Febraro

Objeto:

Aquisição de Combustível: ETANOL (ÁLCOOL), GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM (S500), ÓLEO DIESEL S10 e ARLA 32 para o período de 12 meses, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município de Vitória Brasil.

1 - Introdução

As contratações públicas são instrumentos para a realização das políticas públicas, cujo planejamento ocasiona contratações significativamente mais efetivas.

Desse modo, a realização de estudos prévios à contratação conduz ao conhecimento de novas modelagens/metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto promovendo uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Neste contexto, o presente documento, enquanto elemento essencial ao planejamento, ao cumprir as determinações legais relacionadas à sua elaboração, caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento, uma vez que, apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada. Assim, busca assegurar a viabilidade (técnica e econômica) da contratação pública pretendida, bem como o levantamento dos elementos essenciais, que servirão de base para compor o anteprojeto, termo de referência ou projeto básico a serem elaborados, caso se conclua pela viabilidade da contratação.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública, avaliando todos os aspectos necessários e suficientes à contratação.

2 - Descrição da necessidade da contratação

O presente estudo técnico preliminar visa justificar a necessidade de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum - S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para o abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil ao longo de um período de 12 meses. Esse abastecimento é essencial para a manutenção das atividades operacionais e de serviços públicos oferecidos pela municipalidade.

2.1. Manutenção da Operacionalidade da Frota: A frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil desempenha um papel essencial na prestação de serviços públicos à comunidade. Desde veículos administrativos até máquinas utilizadas em serviços de infraestrutura e manutenção urbana, é imprescindível que esses equipamentos estejam operacionais e disponíveis para uso contínuo.

2.2. Atendimento às Demandas Urbanas e Rurais: O abastecimento de combustível é necessário para atender às demandas das áreas urbanas e rurais do município. Isso inclui o transporte de funcionários, o deslocamento para atendimentos emergenciais, a coleta de resíduos sólidos, a manutenção de vias e estradas, entre outros serviços que contribuem para a qualidade de vida da população local.

2.3. Eficiência Energética e Ambiental: A diversificação dos tipos de combustível, como etanol, gasolina comum, óleo diesel comum (S500) e óleo diesel S10, permite a otimização do desempenho dos diferentes tipos de veículos e máquinas, levando em consideração suas especificidades técnicas e operacionais. Além disso, o uso do aditivo ARLA 32 para veículos equipados com tecnologia SCR contribui para a redução das emissões de poluentes, garantindo a conformidade com as regulamentações ambientais e promovendo a sustentabilidade.

2.4. Garantia de Disponibilidade e Continuidade dos Serviços: Ao garantir o abastecimento regular de combustível ao longo de um período de 12 meses, o Município de Vitória Brasil assegura a disponibilidade e continuidade dos serviços públicos prestados à população, reduzindo possíveis interrupções decorrentes da falta de combustível.

Diante do exposto, a contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum - S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil é indispensável para garantir a eficiência operacional, a qualidade dos serviços públicos e o cumprimento das responsabilidades municipais, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Portanto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação para atender a essa necessidade essencial da administração municipal.

3 - Alinhamento entre a contratação e o planejamento

A presente contratação encontra respaldo institucional, conforme previsão do Plano de Contratações Anual de 2023/2024, estando alinhado com o Planejamento da Administração e demais peças de planejamento.

4 - Requisitos da contratação

4.1. Qualidade dos Combustíveis:

- Os combustíveis fornecidos devem atender às especificações técnicas estabelecidas pelas normas vigentes, garantindo sua qualidade e eficiência no funcionamento dos veículos e máquinas.

- Deve-se exigir que os fornecedores apresentem certificações de qualidade dos produtos, emitidas por órgãos competentes.

4.2. Quantidade e Prazo de Entrega:

- Estabelecer a quantidade mínima de combustível a ser fornecida durante o período contratual, levando em consideração a demanda da frota municipal.

- Definir prazos de entrega que garantam o abastecimento regular e contínuo dos veículos e máquinas, evitando interrupções nas operações.

4.3. Logística de Abastecimento:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



- Os fornecedores devem ser capazes de realizar o abastecimento nos locais designados pela administração municipal, seguindo procedimentos adequados e seguros.

- Garantir a disponibilidade de equipamentos e instalações necessários para o abastecimento, como bombas, tanques e pontos de carga.

4.4. Assistência Técnica e Suporte:

- Os fornecedores devem oferecer assistência técnica e suporte especializado, em caso de problemas ou necessidades relacionadas ao abastecimento dos veículos e máquinas.

- Estabelecer canais de comunicação eficientes para contato com a equipe de suporte, garantindo rápida resposta a eventuais demandas.

4.5. Sustentabilidade e Meio Ambiente:

- Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações, como o uso de combustíveis renováveis e a destinação adequada de resíduos.

- Exigir que os fornecedores cumpram todas as normativas ambientais e de segurança relacionadas ao armazenamento e manuseio de combustíveis.

4.6. Preços e Condições de Pagamento:

- Negociar preços competitivos e condições de pagamento vantajosas para a administração municipal, visando a otimização dos recursos públicos.

- Estabelecer mecanismos de reajuste de preços que garantam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo do tempo.

4.7. Documentação e Regularidade Fiscal:

- Exigir que os fornecedores apresentem toda a documentação necessária para comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e tributária. (descritos abaixo)

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede do CONTRATADA;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 6) Certidão de Falência e Concordata;
- 7) Anexos.

Ainda, responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica.

- Verificar a existência de eventuais pendências ou irregularidades que possam comprometer a contratação.

4.8. Penalidades e Sanções:

- Estabelecer cláusulas contratuais que prevejam penalidades e sanções em caso de descumprimento das obrigações por parte dos fornecedores.

- Definir os critérios e procedimentos para aplicação das penalidades, garantindo a imparcialidade e transparência no processo.

Ao detalhar esses requisitos de contratação, a administração municipal assegura



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



a seleção de fornecedores qualificados e a celebração de contratos que atendam de forma eficaz e eficiente às necessidades de abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas.

5 - Estimativa das quantidades

Dentro do presente estudo, foram analisados os históricos dos quantitativos de aquisições dos anos anteriores deste Órgão (2021, 2022 e 2023), considerando, ainda, a aquisição de novos veículos, bem como fora ponderado a possibilidade de uma margem prudente de aumento de quantitativo em razão da expansão da frota e demanda de serviços, o que justifica a quantidade abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ETANOL	LT.	33.000	R\$ 3,63	R\$ 119.790,00
02	GASOLINA COMUM	LT.	11.600	R\$ 5,75	R\$ 66.700,00
03	ÓLEO DIESEL COMUM	LT.	74.000	R\$ 6,24	R\$ 461.760,00
04	ÓLEO DIESEL S10	LT.	212.000	R\$ 6,36	R\$ 1.348.320,00
05	ARLA 32	LT.	1.150	R\$ 3,42	R\$ 3.933,00
TOTAL					R\$ 2.000.503,00

Distribuídos da seguinte forma:

GABINETE					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
1	10.000	LT	GASOLINA COMUM	R\$ 5,75	R\$ 57.500,00
					R\$ 57.500,00
ADMINISTRAÇÃO					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
2	10.000	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 36.300,00
1	600	LT	GASOLINA COMUM	R\$ 5,75	R\$ 3.450,00
					R\$ 39.750,00
DIVISÃO DE ENS FUND					
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
2	2.500	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 9.075,00
3	10.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 62.400,00
4	10.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 63.600,00
5	50	LT	ARLA 32	R\$ 3,42	R\$ 171,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



					R\$ 135.246,00
			DIVISÃO DE ENS FUND - CONVÊNIO		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
3	15.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,25	R\$ 93.600,00
4	15.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,40	R\$ 95.400,00
5	100	LT	ARLA32	R\$ 3,42	R\$ 342,00
					R\$ 189.342,00
			ENSINO SUPERIOR		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
3	8.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 49.920,00
					R\$ 49.920,00
			SAÚDE		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
1	15.000	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 54.450,00
2	1.000	LT	GASOLINA COMUM	R\$ 5,75	R\$ 5.750,00
4	35.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 222.600,00
5	260	LT	ARLA 32	R\$ 3,42	R\$ 889,20
					R\$ 283.689,20
			SOCIAL		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
1	2.500	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 9.075,00
3	28.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 174.720,00
4	50.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 318.000,00
					R\$ 501.795,00
			AGRICULTURA		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
1	1.000	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 3.630,00
3	10.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 62.400,00



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



4	25.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 159.000,00
					R\$ 225.030,00
			ESTRADAS E RODAGENS		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
4	70.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 445.200,00
5	500	LT	ARLA 32	R\$ 3,42	R\$ 1.710,00
1	2.000	LT	ETANOL	R\$ 3,63	R\$ 7.260,00
3	2.000	LT	ÓLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 12.480,00
					R\$ 466.650,00
			SERVIÇOS URBANOS		
ITEM	QTD	UNID	DESCRIÇÃO	VL UNIT	TOTAL
3	1.000	LT	OLEO DIESEL COMUM	R\$ 6,24	R\$ 6.240,00
4	7.000	LT	OLEO DIESEL S10	R\$ 6,36	R\$ 44.520,00
5	240	LT	ARLA 32	R\$ 3,42	R\$ 820,80
					R\$ 51.580,80
			TOTAL		R\$ 2.000.503,00

(*) As quantidades podem ser alteradas, conforme comunicação prévia.

6 - Levantamento de mercado

Foi realizado o levantamento de mercado visando buscar a melhor solução para o problema existente, sendo estudados processos de contratações semelhantes feitas por este e outros órgãos na região, por meio de consultas a outros editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração.

Em sede de informação, para a pesquisa de mercado, foram realizadas consultas no portal de compras BLL

7 - Estimativa do valor da contratação

Em pesquisas realizadas demonstra que o valor da aquisição será de aproximadamente R\$ 2.000.503,00 (dois milhões quinhentos e três reais).

8 - Descrição da solução como um todo

A solução escolhida para a contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum - S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil visa garantir uma operação eficiente e contínua, considerando não apenas a entrega dos produtos, mas também todas as implicações e decorrências da contratação ao longo do ciclo de vida útil do objeto.

8.1. Aquisição dos Combustíveis e Aditivo:

- Contratação de empresa especializada no fornecimento de combustíveis



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



(etanol, gasolina comum, óleo diesel comum - S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32, por meio de licitação pública, para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil ao longo de um período de 12 meses.

8.2. Garantia da Qualidade dos Produtos:

- Estabelecimento de critérios técnicos e padrões de qualidade para os combustíveis e aditivo fornecidos, assegurando a conformidade com as especificações estabelecidas pelas normativas pertinentes.

8.3. Procedimentos de Abastecimento:

- Implementação de procedimentos claros e padronizados para o abastecimento dos veículos e máquinas, visando à segurança operacional e à eficiência no consumo de combustível.

8.4. Controle e Fiscalização:

- Realização de monitoramento e fiscalização regular da qualidade e quantidade dos combustíveis fornecidos, por meio de instrumentos e ferramentas adequadas, a fim de garantir a conformidade com as especificações contratadas.

8.5. Manutenção e Assistência Técnica:

- Estabelecimento de exigências contratuais relacionadas à manutenção e assistência técnica, quando aplicável, garantindo que a empresa contratada esteja apta a fornecer suporte técnico necessário para eventuais problemas ou necessidades relacionadas ao abastecimento da frota.

8.6. Elaboração de Termo de Referência:

- Detalhamento minucioso da solução escolhida, incluindo todos os elementos necessários para que a contratação produza os resultados pretendidos pela administração, conforme as diretrizes estabelecidas na Lei n. 14.133/21 e demais normativas aplicáveis.

Portanto, a solução proposta visa atender de forma integral e sistêmica à necessidade de abastecimento da frota municipal, garantindo a qualidade, eficiência, sustentabilidade e conformidade com as exigências legais e normativas pertinentes ao longo de todo o ciclo de vida útil do objeto contratado.

9 - Justificativa para o parcelamento (ou não) da solução

Não haverá parcelamento.

10 - Demonstrativos dos resultados pretendidos

Com a presente contratação deseja-se adquirir bens com padrão de qualidade necessária para uma melhor manutenção dos serviços públicos. Além disso, a contratação visa suprir os ensejos das secretarias requisitantes, oferecendo combustíveis e aditivos de boa qualidade. Espera-se a ainda a redução do desperdício passivo visto que exigirá procedimento licitatório na modalidade pregão eletrônico onde o vencedor ofertará o menor preço, conforme artigo 33 da Lei nº 14.133/2021.

11- Providências a serem adotadas pela administração

Previamente à celebração do contrato, se faz imperioso que os servidores sejam capacitados quanto a fiscalização e gestão contrato, para o uso racional dos serviços a serem contratados, e que sejam realizados:

11.1. Capacitação de Servidores:

- Promover a capacitação de servidores responsáveis pela fiscalização e gestão do contrato, oferecendo treinamentos específicos sobre as exigências técnicas, normativas e operacionais relacionadas à realização de eventos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



culturais.

- Capacitar a equipe para realizar uma fiscalização eficaz da execução dos serviços contratados, garantindo o cumprimento das especificações técnicas, prazos e condições estabelecidas no contrato.

11.2. Atualização sobre Legislação Pertinente:

- Manter os servidores e empregados atualizados sobre a legislação pertinente à contratação de serviços para eventos culturais, incluindo normas de segurança e uso do espaço público, entre outras.

11.3. Estabelecimento de Procedimentos Internos:

- Definir procedimentos internos claros e objetivos para a gestão e fiscalização do contrato, estabelecendo responsabilidades, fluxos de comunicação e prazos para a realização das atividades relacionadas à contratação e execução dos serviços.

11.4. Utilização de Tecnologia da Informação:

- Poderá implementar sistemas informatizados de gestão de contratos que facilitem o acompanhamento e monitoramento das atividades, permitindo o registro e acompanhamento de informações relevantes, como cronogramas, relatórios de execução e comunicações entre as partes.

11.5. Comunicação e Transparência:

- Estabelecer canais de comunicação eficientes entre a administração pública, a empresa contratada e a equipe de fiscalização, promovendo a troca de informações e o esclarecimento de dúvidas de forma transparente e ágil.

11.6. Acompanhamento e Avaliação Contínua:

- Realizar acompanhamento contínuo da execução do contrato, por meio de visitas técnicas, análise de relatórios de acompanhamento e feedbacks dos envolvidos, visando identificar eventuais problemas e oportunidades de melhoria.

Por meio dessas medidas, a prefeitura de Vitória Brasil buscará garantir uma gestão eficiente e transparente do contrato de prestação de serviços para os eventos culturais, assegurando o cumprimento dos objetivos estabelecidos e a maximização dos resultados para a comunidade local.

12 - Contratações correlatas e/ou interdependentes

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

13 - Impactos ambientais e medidas de tratamento

A presente contratação não gera impactos ambientais diretos.

14 - Declaração de viabilidade (ou não) da contratação

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução descrita se mostra possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Eu, Cláudio Febraro, Assistente Administrativo, responsável pelo Setor de Manutenção da Frota Municipal, declaro, para os devidos fins, a viabilidade da contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum - S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil.

A presente declaração baseia-se na análise realizada sobre a necessidade de abastecimento da frota municipal, considerando os seguintes aspectos:

1. **Necessidade e Demanda:** A frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil desempenha um papel essencial na prestação de serviços públicos à comunidade, sendo necessário garantir o abastecimento regular e contínuo dos equipamentos para manter sua operacionalidade.

2. **Conformidade com a Legislação:** A contratação dos serviços de aquisição de combustível e aditivo está em conformidade com as normativas e regulamentações



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



aplicáveis, incluindo a Lei n. 14.133/21 e demais legislações pertinentes.

3. Disponibilidade Orçamentária: A contratação dos serviços está devidamente prevista no orçamento municipal, não comprometendo a estabilidade financeira da administração pública.

4. Benefícios para a Administração: A contratação dos serviços proporcionará benefícios significativos para a administração municipal, garantindo a eficiência operacional da frota, a qualidade dos serviços prestados à população e a conformidade com as exigências ambientais e de segurança.

Diante do exposto, declaro a viabilidade da contratação dos serviços de aquisição de combustível e aditivo para abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil, conforme as condições estabelecidas no presente estudo técnico preliminar.

Vitória Brasil-SP _____

Cláudio Febraro
Assistente Administrativo
Responsável pelo Setor de Manutenção da Frota Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO II - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

TERMO DE REFERÊNCIA

Setor Requisitante:	
Responsável pela requisição: João Carlos Nucci	Matrícula/Cargo: 151 -Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
e-mail: frota@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-9014
Responsável pela requisição: Weslei Fernando Ormaneze	Matrícula/Cargo: 202 -Secretário Municipal de Educação
e-mail: educacao@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-1101
Responsável pela requisição: Franciele Roberta da Silva Montilha	Matrícula/Cargo: 113 -Secretário Municipal de Assistência Social
e-mail: social@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-021
Responsável pela requisição: José Marcos Crippa	Matrícula/Cargo: 44 -Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos
e-mail: agricultura@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-1168
Responsável pela requisição: Ladyane Fernanda Jesus Pereira	Matrícula/Cargo: 336 -Secretário Municipal de Administração e Planejamento
e-mail: adm@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-9006
Responsável pela requisição: Neuzeli Adriana Rossini Masson	Matrícula/Cargo: 102- Secretário Municipal de Saúde
e-mail: saude@vitoriabrasil.sp.gov.br	Telefone: 17 -3642-1170

1 - DO OBJETO/ SERVIÇO

1.1 NATUREZA DO OBJETO/SERVIÇO É COMUM

(X) SIM

() NÃO

1.2 DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de Combustível: ETANOL (ÁLCOOL), GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM (S500), ÓLEO DIESEL S10 e ARLA 32 para o período de 12 meses, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município de Vitória Brasil.

1.3 ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA COLETADA POR MEIO DE:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



()

Catálogos

() ABNT

() Inmetro

() Instrumentos Normativos. Quais?

() Plataformas

(X) Outros - Contratos anteriores

() NÃO SE APLICA

1.4 LOCAL DE ENTREGA DO PRODUTO, SERVIÇO OU OBRA

Abastecimento no Município de Vitória Brasil

1.5 RECEBIMENTO DO OBJETO, SERVIÇO OU OBRA

Com fiscalização de servidor designado em Portaria.

1.5.1 PROVISÓRIO

() Sim (X) Não

1.5.2 DEFINITIVO

(X) Sim () Não

Termo inicial: 1 dia útil após a contratação - Prazo: 12 meses

Unidade Responsável: Matrícula/Cargo: Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

1.6 ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

(X) Por item

() Por lote

() Global

Justificativa:

1.7 ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	ETANOL	LT.	33.000	R\$ 3,63	R\$ 119.790,00
02	GASOLINA COMUM	LT.	11.600	R\$ 5,75	R\$ 66.700,00
03	OLEO DIESEL COMUM	LT.	74.000	R\$ 6,24	R\$ 461.760,00
04	ÓLEO DIESEL S10	LT.	212.000	R\$ 6,36	R\$ 1.348.320,00
05	ARLA 32	LT.	1.150	R\$ 3,42	R\$ 3.933,00
TOTAL					R\$2.000.503,00

(*) As quantidades podem ser alteradas, conforme comunicação prévia.

1.8 PRAZO DE CONTRATAÇÃO E POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Art. 84 da Lei 14.133/2021 – Por um ano podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso

2. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Justifica-se a necessidade de contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum – S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para o abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil ao longo de um período de 12 meses. Esse abastecimento é essencial para a manutenção das atividades operacionais e de serviços públicos oferecidos pela municipalidade.

Manutenção da Operacionalidade da Frota: A frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil desempenha um papel essencial na prestação de serviços públicos à comunidade. Desde veículos administrativos até máquinas utilizadas em serviços de infraestrutura e manutenção urbana, é imprescindível que esses equipamentos estejam operacionais e disponíveis para uso contínuo.

Atendimento às Demandas Urbanas e Rurais: O abastecimento de combustível é necessário para atender às demandas das áreas urbanas e rurais do município. Isso inclui o transporte de funcionários, o deslocamento para atendimentos emergenciais, a coleta de resíduos sólidos, a manutenção de vias e estradas, entre outros serviços que contribuem para a qualidade de vida da população local.

Eficiência Energética e Ambiental: A diversificação dos tipos de combustível, como etanol, gasolina comum, óleo diesel comum (S500) e óleo diesel S10, permite a otimização do desempenho dos diferentes tipos de veículos e máquinas, levando em consideração suas especificidades técnicas e operacionais. Além disso, o uso do aditivo ARLA 32 para veículos equipados com tecnologia SCR contribui para a redução das emissões de poluentes, garantindo a conformidade com as regulamentações ambientais e promovendo a sustentabilidade.

Garantia de Disponibilidade e Continuidade dos Serviços: Ao garantir o abastecimento regular de combustível ao longo de um período de 12 meses, o Município de Vitória Brasil assegura a disponibilidade e continuidade dos serviços públicos prestados à população, reduzindo possíveis interrupções decorrentes da falta de combustível.

Diante do exposto, a contratação dos serviços de aquisição de combustível (etanol, gasolina comum, óleo diesel comum – S500, óleo diesel S10) e aditivo ARLA 32 para abastecimento da frota de veículos e máquinas do Município de Vitória Brasil é indispensável para garantir a eficiência operacional, a qualidade dos serviços públicos e o cumprimento das responsabilidades municipais, tanto nas áreas urbanas quanto rurais. Portanto, recomenda-se a continuidade do processo de contratação para atender a essa necessidade essencial da administração municipal.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Qualidade dos Combustíveis:

- Os combustíveis fornecidos devem atender às especificações técnicas estabelecidas pelas normas vigentes, garantindo sua qualidade e eficiência no funcionamento dos veículos e máquinas.

- Deve-se exigir que os fornecedores apresentem certificações de qualidade dos produtos, emitidas por órgãos competentes.

Quantidade e Prazo de Entrega:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



- Estabelecer a quantidade mínima de combustível a ser fornecida durante o período contratual, levando em consideração a demanda da frota municipal.

- Definir prazos de entrega que garantam o abastecimento regular e contínuo dos veículos e máquinas, evitando interrupções nas operações.

Logística de Abastecimento:

- Os fornecedores devem ser capazes de realizar o abastecimento nos locais designados pela administração municipal, seguindo procedimentos adequados e seguros.

- Garantir a disponibilidade de equipamentos e instalações necessários para o abastecimento, como bombas, tanques e pontos de carga.

Assistência Técnica e Suporte:

- Os fornecedores devem oferecer assistência técnica e suporte especializado, em caso de problemas ou necessidades relacionadas ao abastecimento dos veículos e máquinas.

- Estabelecer canais de comunicação eficientes para contato com a equipe de suporte, garantindo rápida resposta a eventuais demandas.

Sustentabilidade e Meio ambiente:

- Priorizar fornecedores que adotem práticas sustentáveis em suas operações, como o uso de combustíveis renováveis e a destinação adequada de resíduos.

- Exigir que os fornecedores cumpram todas as normativas ambientais e de segurança relacionadas ao armazenamento e manuseio de combustíveis.

Preços e Condições de Pagamento:

- Negociar preços competitivos e condições de pagamento vantajosas para a administração municipal, visando a otimização dos recursos públicos.

- Estabelecer mecanismos de reajuste de preços que garantam a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ao longo do tempo.

Documentação e Regularidade fiscal:

- Exigir que os fornecedores apresentem toda a documentação necessária para comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e tributária. (descritos abaixo):

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- 6) Certidão de Falência e Concordata;
- 7) Anexos.

Ainda, responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica.

- Verificar a existência de eventuais pendências ou irregularidades que possam comprometer a contratação.

Penalidades e Sanções:

- Estabelecer cláusulas contratuais que prevejam penalidades e sanções em caso de descumprimento das obrigações por parte dos fornecedores.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



- Definir os critérios e procedimentos para aplicação das penalidades, garantindo a imparcialidade e transparência no processo.

Ao detalhar esses requisitos de contratação, a administração municipal assegura a seleção de fornecedores qualificados e a celebração de contratos que atendam de forma eficaz e eficiente às necessidades de abastecimento da frota municipal de veículos e máquinas.

4.1 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

() Sim (X) Não

4.2 VISITA TÉCNICA

() Facultativa () Obrigatória

Nota: art. 63, §§ 2º, 3º e 4º, Lei 14.133/21

Não se aplica

4.3 EQUIPE TÉCNICA - QUALIFICAÇÃO

Dispensada

4.4 AMOSTRA/CATÁLOGO

() Sim (X) Não

4.4.1 PARA TODOS OS ITENS/ LOTES

() Sim (X) Não () Parte

Quais itens/lotes: _____

4.4.2 PRAZO DE APRESENTAÇÃO

Não se aplica

4.4.3 CRITÉRIOS OBJETIVOS DE ANÁLISE DE CONFORMIDADE

Não se aplica

5- FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Art. 33 da Lei 14.133/2 - I - menor preço

6- ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
--

Foram realizadas as seguintes pesquisas:

(X) pesquisa no Portal de Compras Governamentais (PNCP, compras.gov)

() banco de preços

() revistas especializadas

() contrato similar de outros entes públicos

() consulta junto aos fornecedores no comércio da região

() pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas

() preço fixado por órgão oficial competente

() preço fixado em Ata de Registro de Preços - ARP

() consulta na internet/mídia especializada, sítios eletrônicos ou de domínio amplo

() outros: _____

Custo Estimado da Contratação: **R\$ 2.000.503,00** (dois milhões e quinhentos e três reais).

Nota: Item 7 do ETP.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



- Vide artigos 2º e 3º do Decreto Municipal nº 1513/2024.

7- ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

02 PODER EXECUTIVO

0209 SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

020201 DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

04 122 0003 2003 0000 MANUTENÇÃO DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 024

02 PODER EXECUTIVO

0204 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

020401 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 244 0005 2005 0000 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 050

02 PODER EXECUTIVO

0205 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

020501 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 301 0006 2010 0000 ENCARGOS COM SERVIÇOS DE SAÚDE

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 094

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020601 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 361 0007 2013 0000 ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 117

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020601 DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

12 361 0007 2013 0000 ENCARGOS COM ENSINO FUNDAMENTAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 118

02 PODER EXECUTIVO

0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

020605 ENCARGOS COM ENSINO SUPERIOR

12 364 0007 2021 0000 ENCARGOS COM ENSINO SUPERIOR

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 159

02 PODER EXECUTIVO

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

020701 DEPTO DE VIAS URBANAS

15 452 0008 2023 0000 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 165

02 PODER EXECUTIVO

0207 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

020702 DEPTO DE VIAS URBANAS

26 782 0008 2024 0000 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS E RODAGEM MUNICIPAL

3.3.90.30.00 MATERIAL DE CONSUMO - FICHA 171

02 PODER EXECUTIVO

0208 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRIC. PEC. ABAST. MEIO AMBIENTE

020801 DEPTO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



**20 606 0009 2025 0000 MANUTENÇÃO DA SECRET. AGROP. ABAST. MEIO
AMBIENTE
3.3.90.30.0 MATERIAL DE CONSUMO – FICHA 179**

8- CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ SERVIÇO

8.1 FORNECIMENTO DE BENS

- () em parcela única
(X) mais de uma parcela

8.2 CONTRATAÇÃO DE OBRA/SERVIÇOS EM REGIME DE EXECUÇÃO

- () empreitada por preço global
() empreitada por preço unitário
() tarefa
() empreitada integral
(X) Não se aplica

8.3 CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS CONTINUADOS EM REGIME DE EXECUÇÃO

- () empreitada por preço global
() empreitada por preço unitário
(X) Não se aplica

8.4 PRAZOS PARA ENTREGA DO OBJETO / SERVIÇO

8.4.1 ENTREGA DO OBJETO

Imediata após a requisição.

8.4.2 INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

INÍCIO:

Não se aplica

8.5 GARANTIA DE EXECUÇÃO DO OBJETO/ SERVIÇO

- (X) Sim () Não

A garantia por parte da empresa ofertada aos combustíveis consiste na qualidade e conformidade dos produtos fornecidos, bem como no cumprimento dos termos e condições estabelecidos no contrato. As principais garantias que a empresa ofertante deve oferecer são:

1. Qualidade dos Produtos: A empresa deve garantir que os combustíveis fornecidos atendam às especificações técnicas e normativas exigidas pelas autoridades competentes. Isso inclui a garantia de pureza, teor de aditivos dentro dos limites estabelecidos e ausência de impurezas prejudiciais ao funcionamento dos veículos e máquinas.

2. Conformidade Legal: A empresa deve assegurar que todos os produtos fornecidos estejam em conformidade com as legislações e regulamentações aplicáveis, tanto em termos de composição dos combustíveis quanto em relação à sua produção, armazenamento, transporte e distribuição.

3. Quantidade e Prazos de Entrega: A empresa deve cumprir rigorosamente os prazos estipulados para a entrega dos combustíveis, garantindo o abastecimento regular e contínuo da frota municipal. Além disso, deve fornecer a quantidade contratada, conforme especificado no contrato, sem falhas ou interrupções.

Essas garantias são fundamentais para assegurar a confiabilidade e a segurança do abastecimento da frota municipal, bem como para proteger os interesses da administração pública ao longo da vigência do contrato de fornecimento de combustíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



9- OBRIGAÇÕES DAS PARTES

O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (Art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT.

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

São obrigações do CONTRATANTE, exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO;

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

Notificar o CONTRATADO por escrito sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que for pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei n.º 14.133/2021;

Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Contrato e no Termo de Referência;

Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei;

Cientificar a Procuradoria Jurídica do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO
--

10.1 GESTÃO

Unidade: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos

Responsável: João Carlos Nucci

Unidade: Secretaria Municipal de Educação

Responsável: Weslei Fenando Ormaneze

Unidade: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Franciele Roberta da Silva Montilha

Unidade: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente

Responsável: José Marcos Crippa

Unidade: Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Responsável: Ladyane Fernanda Jesus Pereira

Unidade: Secretaria Municipal de Saúde



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Responsável: João Carlos Nucci

Unidade: Gabinete do Prefeito

Responsável: Ladyane Fernanda Jesus Pereira

10.2 FISCALIZAÇÃO

Unidade: Setor de Manutenção da Frota Municipal

Responsável: Cláudio Febraro

11- CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 FORMA DE PAGAMENTO

() por medições (X) por recebimento de objeto () por serviços prestados

Periodicidade: Em até 30 (trinta) dias contados do recebimento da nota fiscal correta no setor de compras, via endereço eletrônico compras@vitoriabrasil.sp.gov.br, mediante boleto bancário ou indicação de conta da pessoa jurídica para transferência.

12- VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1 DURAÇÃO DO CONTRATO

Prazo de vigência: 12 MESES

12.2 PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

() Sim (X) Não

13- INFRAÇÕES E SANÇÕES CONTRATUAIS

13.1 INFRAÇÕES

* As previstas e definidas no artigo 155 da Lei 14.133/2021

13.2 SANÇÕES

* As previstas e definidas no artigo 156 da Lei 14.133/2021

13.3 MULTA

* As previstas e definidas no artigo 156 da Lei 14.133/2021

13.4 RESCISÃO CONTRATUAL

* As previstas e definidas no 137 da Lei 14.133/2021

Vitória Brasil-SP, 23 de fevereiro de 2024

Gestor Responsável Pela Demanda:

Cláudio Febraro – Mat. 17
Assistente Administrativo
Responsável pelo Setor de Manutenção da Frota Municipal



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO III- DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE OU MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL PARA FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR N.º 123/2006.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO n.º 006/2024

(razão social licitante), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º _____, por meio de seu representante legal, o(a) _____, (nome e dados pessoais) DECLARA, para os fins do disposto na Lei Complementar n.º 123/2006, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta Empresa, na presente data, enquadra-se como:

() MICROEMPRESA, conforme inciso I do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006.

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL.

Declara, ainda, que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4.º do artigo 3.º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006.

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO IV - FICHA CADASTRAL

DADOS DA EMPRESA (dados para fins de cadastramento no sistema de Licitações deste município e eventual envio de correspondência, ou fazer constar em eventual instrumento contratual que vier a ser firmado) :

Razão Social: CNPJ n.º: **Endereço:** CEP n.º: **Telefone(s):**
E-mails:

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (dados para assinatura de eventual instrumento contratual e/ou qualquer outra comunicação que vier a ser estabelecida) :

Nome completo: RG n.º:
CPF n.º:
Cargo/Função Ocupado na empresa:
Telefone(s): E-mail's:

Por ser expressão de verdade, firmo a presente ciente de seus efeitos legais.

xxxxxxxxxx, xx de xxxxxxxxx de 2024

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO V - MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

Pregão Eletrônico nº. 006/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Combustível: ETANOL (ÁLCOOL), GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM (S500), ÓLEO DIESEL S10 e ARLA 32 para o período de 12 meses, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município de Vitória Brasil

(Nome)....., portador do RG ° e CPF nº, representante legal da empresa, estabelecida à Rua..... nº,(Bairro), na cidade de....., Estado de, telefone, e-mail, inscrita no CNPJ nº, interessada em participar no Pregão Eletrônico nº ____/2024, do Município de VITÓRIA BRASIL.

DECLARA que:

- 1) Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei n.º 14.133/21, que não empregamos menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menores de 16 (dezesesseis) anos. Ressalva ainda, que, caso empregue menores na condição de aprendiz (a partir de 14 anos, deverá informar tal situação no mesmo documento).
- 2) Declaramos, sob as penas da lei, que a empresa não foi declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública e que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- 3) Declaramos para todos os fins de direito, que conhecemos as especificações do objeto e os termos constantes neste Edital e seu(s) ANEXOS, e que, concordamos com todos os termos constantes no mesmo e ainda, que possuímos todas as condições para atender e cumprir todas as exigências de fornecimento ali contidas, inclusive com relação a documentação, que está sendo apresentada para fins de habilitação.
- 4) Declaramos para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº e CPF nº, cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.
- 5) Declaramos para os devidos fins que não possuímos nenhum sócio, ligado ao Prefeito, Vice- Prefeito, Vereadores, Secretários Municipais, ou ainda a agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, por matrimônio ou parentesco, afim ou consanguíneo, até o terceiro grau, ou por adoção, bem como também não possuímos em nosso quadro social, nenhum Servidor do Município, em conformidade com o inciso IV do Art. 14 da Lei 14.133/21.
- 6) Declaramos de que a empresa não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 013 do STF (Supremo Tribunal Federal).
- 7) Declaro que cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



em outras normas específicas.

8) Declaramos que as propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9) Declaramos que a empresa atende aos requisitos de habilitação e que o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

10) Declaramos para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

E-mail: / Telefone: ()

Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º , para ser o(a) responsável pela execução do contrato,

referente ao Pregão Eletrônico N°__e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Termo de Contrato.

....., de 2024

Local e data,

(assinatura do representante legal da empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO IX - PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° XXX/2024

Pregão Eletrônico n° 006/2024 Processo n° 008/2024

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de Combustível: ETANOL (ÁLCOOL), GASOLINA COMUM, ÓLEO DIESEL COMUM (S500), ÓLEO DIESEL S10 e ARLA 32 para o período de 12 meses, destinados ao abastecimento da frota de veículos e máquinas deste Município de Vitória Brasil

Aos _____ dias do mês de ____ do ano de dois mil e _____, nas dependências do Departamento de Administração de Materiais e Licitações, o **MUNICÍPIO** _____, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade e comarca de _____, Estado de São Paulo, na _____, n° _____ - Centro, inscrito no CNPJ/MF sob n° _____, neste ato devidamente representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. _____, brasileiro, divorciado, portador do documento de identidade RG. n° _____ SSP/SP e inscrito no CPF/MF sob o n° _____, residente e domiciliado nesta cidade de _____, n° _____, Centro, através de seu órgão central de execução administrativa e financeira doravante denominado simplesmente **PREFEITURA**⁴, nos termos do art. 82 e seguintes da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações e do Decreto Municipal n° _____, em face da classificação das propostas apresentadas no **PREGÃO ELETRÔNICO n° ____/20**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, por deliberação do Pregoeiro, devidamente homologada, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa _____, CNPJ N° _____, inscrição estadual n° _____, estabelecida à _____, n° _____, na cidade, Estado de _____, devidamente representada na forma do contrato social(ou pelo Sr./Sra. _____), doravante denominada **DETENTORA DA ATA**, observadas as condições do Edital que rege o Pregão e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem.

1ª- OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de combustíveis para a frota da municipalidade, com fornecimento parcelado (diário), de acordo com a necessidade da prefeitura, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme quantidades, especificações e preços contidos no **ANEXO I** deste instrumento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Parágrafo primeiro: A **DETENTORA DA ATA** deverá entregar o objeto em conformidade com os padrões e normas aplicadas à espécie, responsabilizando-se integralmente pela qualidade do mesmo.

Parágrafo segundo: A **PREFEITURA** se reserva no direito de recusar objeto que não esteja dentro das normas e dos padrões exigidos e aplicados ao mesmo, respondendo a **DETENTORA DA ATA**, integralmente, pelo custo de suas substituições, tantas vezes quantas necessárias forem e apontarem a fiscalização da **PREFEITURA**.

Parágrafo terceiro: A **DETENTORA DA ATA** se responsabiliza, também, por todos os custos, diretos e indiretos, incidentes e apurados na hipótese da incidência do previsto no parágrafo anterior desta ata de registro de preços.

Parágrafo quarto: É **OBRIGAÇÃO DO CONTRATADO DE MANTER**, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, **todas as condições exigidas para a habilitação na licitação.**

2ª-DA GARANTIA - A DETENTORA DA ATA garantirá a qualidade dos produtos pelo período de validade, atestado pelo produtor, a contar da data da entrega à **PREFEITURA**, ressalvados os casos em que prazo maior seja estabelecido por lei, pelo próprio fornecedor ou por indicação nas condições específicas do objeto. Aos produtos que não constar a validade atestada pelo produtor, a **DETENTORA DA ATA** garantirá sua qualidade, no mínimo pelo período de 12 (doze) meses a contar da data de entrega do(s) produto(s).

3ª-DA VALIDADE DA ATA E VIGÊNCIA DO CONTRATO - O prazo de validade da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses a contar de sua assinatura.

Parágrafo único: O(s) contrato(s) decorrente(s) da presente Ata de Registro de Preços terá(ão) vigência de até 02 (dois) meses, podendo ser prorrogado nos termos do art. 107, da Lei Federal n.º 14.133/21.

4ª-DOS PREÇOS, DA CONDIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO, DA RECOMPOSIÇÃO DOS PREÇOS - Os preços registrados, as especificações dos materiais, os quantitativos, as marcas, são aqueles constantes do **ANEXO I** desta Ata.

Parágrafo primeiro: Nos preços constantes do **ANEXO I** estão embutidos transporte, carga e descarga do objeto, impostos, taxas, emolumentos legais, insumos e demais encargos, inclusive previdenciários e trabalhistas, que possam vir a gravá-los, sendo de inteira responsabilidade da **DETENTORA DA ATA** a quitação destes.

Parágrafo segundo: Quaisquer pagamentos não isentarão a Contratada das responsabilidades contratuais, nem implicarão na aceitação do objeto.

Parágrafo terceiro: A **PREFEITURA** pagará o preço registrado ou contratado, à vista, na forma prevista no edital, já inclusos nos



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



preços os tributos, taxas ou despesas, a(s) empresa(s) contratada(s) da seguinte forma:

Parágrafo quarto: O(s) pedido(s) de fornecimento do(s) produto(s) será(ão) somado(s) quinzenalmente, sendo que o pagamento do(s) produto(s) fornecido(s) naquele período, será efetuado após o fechamento do período, em até 10 (dez) dias contados da emissão e apresentação da respectiva nota fiscal, devidamente atestada pelo Fiscal/Gestor da Ata de Registro de Preços, reputando-se essa quitação como pagamento à vista.

Parágrafo quinto: Ficará prorrogado o prazo previsto no item anterior, até o primeiro dia útil subsequente, se o dia de vencimento venha cair em sábado, domingo, feriado ou em dia que não houver expediente bancário.

Parágrafo sexto: A não observância do prazo previsto para apresentação das notas fiscais/faturas ou a sua apresentação com incorreções ensejará a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos e/ou as incorreções verificadas.

Parágrafo sétimo: Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da **DETENTORA DA ATA**, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pró-rata tempore", em relação ao atraso verificado.

Parágrafo oitavo: Caso o dia do pagamento coincida aos sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária.

Parágrafo nono: Correrão por conta da Detentora da Ata todas as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciárias decorrentes da prestação dos serviços.

Parágrafo décimo: A Fiscalização da Prefeitura somente atestará a entrega do objeto e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela Detentora da Ata, todas as condições pactuadas.

Parágrafo décimo primeiro - Juntamente com as Notas Fiscais/Faturas, a Detentora da Ata deverá apresentar as certidões de regularidade fiscal, social e trabalhista com o FGTS, INSS e CNDT, para comprovar sua regularidade durante a execução do contrato.

Parágrafo décimo segundo - Os preços serão irreajustáveis durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços.

Parágrafo décimo terceiro - O preço registrado quando por algum motivo se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



prevista no inciso I;

V) O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto;

VI) A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupção, tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição;

VII) O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA**, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em consonância com as normas técnicas oficiais.

Parágrafo quarto: A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução da Ata ou contrato dela decorrente, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

Parágrafo quinto: O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

Parágrafo sexto: Somente serão analisados pela Administração os pedidos de prorrogação do prazo de entrega do objeto que se apresente com as seguintes condições:

- a) até 48 (quarenta e oito) horas da data prevista para a entrega; e,
- b) instruídos com justificativas que demonstrem fato imputável exclusivamente à Administração Pública ou caso fortuito e força maior.

Parágrafo sétimo: Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas no subitem anterior serão indeferidos de pronto.

Parágrafo oitavo: O atraso injustificado ou o seu não fornecimento ensejará na aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima desta Ata de Registro de Preços.

6ª-DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - A DETENTORA DA ATA terá seu registro cancelado quando:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



- I - descumprir as condições da ata de registro de preços;
- II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- IV - sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do artigo 156, da Lei nº 14.133/21.

Parágrafo primeiro: O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do senhor Prefeito Municipal.

Parágrafo segundo: O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- I - por razão de interesse público; ou
- II - a pedido do fornecedor.

7ª-DAS SANÇÕES - Pelo descumprimento das condições estabelecidas no presente instrumento e em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a **DETENTORA DA ATA** ficará sujeita às seguintes sanções, previstas no art. 156 Lei nº 14.133/2021:

- (a) Advertência;
- (b) Multa de mora de até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do Ata de Registro de Preços/Contrato ou saldo não atendido do Ata de Registro de Preços/Contrato;
- (c) Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido do Ata de Registro de Preços/Contrato, conforme o caso e respectivamente, nas hipóteses de inadimplemento total ou parcial da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da DETENTORA DA ATA/CONTRATADA;
- (d) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- (e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo primeiro: A aplicação das sanções previstas nas alíneas "b" e "c" observará os seguintes parâmetros:

Parágrafo segundo: 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento, a título de



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de fornecimento com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, atraindo a aplicação da multa prevista na alínea "c", sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

Parágrafo terceiro: 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

Parágrafo quarto: 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Ata de Registro de Preços/Contrato ou do saldo não atendido do Ata de Registro de Preços/Contrato, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da DETENTORA DA ATA/CONTRATADA; e

Parágrafo quinto: 0,1% (um décimo por cento) do valor do Ata de Registro de Preços/Contrato por dia de atraso na apresentação, quando for o caso, da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Ata de Registro de Preços/Contrato.

Parágrafo sexto: As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

Parágrafo sétimo: As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, **no prazo de 15 (quinze) dias úteis**, observadas as demais formalidades legais.

Parágrafo oitavo: As sanções previstas nas alíneas "a", "d" e "e" do caput da Cláusula sétima poderão ser aplicadas juntamente com aquelas previstas nas alíneas "b" e "c", e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral do Contrato.

Parágrafo nono: As multas previstas nas alíneas "b" e "c" da cláusula 7ª não possuem caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

Parágrafo décimo: As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** mediante requerimento expresso nesse sentido.

Parágrafo décimo primeiro: Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à **DETENTORA DA ATA/CONTRATADA** antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

Parágrafo décimo segundo: A aplicação das sanções previstas na cláusula 7ª não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Parágrafo décimo terceiro: A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

Parágrafo décimo quarto: A recusa da **ADJUDICATÁRIA** em assinar a Ata de Registro de Preços, o Contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, sujeitando-a às penalidades previstas na cláusula 7ª, parágrafo 4º.

Parágrafo décimo quinto: A aplicação das sanções estabelecidas neste edital é de competência exclusiva do Senhor Prefeito Municipal.

8ª-DOS RECURSOS - As despesas decorrentes da execução desta Ata de Registro de Preços correrão por conta do seguinte crédito orçamentário:

Fichas:

9ª - REAJUSTE - A Ata de Registro de Preços não será objeto de reajuste, repactuação ou revisão que eleve os valores registrados, sem prejuízo da incidência desses institutos aos contratos dela decorrentes, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, salvo no caso de prorrogação, hipótese em que se aplicará o disposto na Lei Federal n.º 10.192/2001.

Parágrafo primeiro: Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data-base fixada na Ata de Registro de Preços.

Parágrafo segundo: A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao órgão gerenciador convocar o detentor da ata e os licitantes remanescentes do cadastro de reserva para estabelecer o novo valor a menor daquele registrado.

Parágrafo terceiro: Os fornecedores e prestadores de serviços que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Parágrafo quarto: Havendo a liberação do fornecedor ou prestador, o órgão gerenciador deverá convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto em regulamento.

Parágrafo quinto: Não havendo êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora deverá proceder ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10ª - FISCALIZAÇÃO - O(s) item(ns) registrado(s) será(ão) recebido(s) provisoriamente, para conferência e fiscalização de sua qualidade e conformidade com a proposta da Detentora da Ata e a presente Ata de Registro de Preços, podendo, a Prefeitura, em seu exclusivo entendimento, determinar a realização de testes, ensaios e demais provas aptas a comprovar qualidade, resistência e obediência às normas técnicas oficiais, correndo o custo destes por conta da Detentora da Ata.

Parágrafo primeiro: Só será recebido definitivamente o objeto que estiver de acordo com as especificações técnicas, superando a fase de fiscalização.

Parágrafo segundo: Considera-se definitivamente recebido o objeto se, no prazo de 15 (quinze) dias, inclusive, após o recebimento provisório, a Prefeitura não houver se manifestado quanto à recusa do mesmo.

Parágrafo terceiro: O objeto retido na fiscalização será rejeito e devolvido, correndo às expensas da Detentora da Ata, o custo das providências quanto à sua retirada e substituição em prazo fixado pela Prefeitura, sendo que, no bem substituído, será realizada a mesma fiscalização previstas nos parágrafos anteriores.

Parágrafo quarto: O uso pela **PREFEITURA** de parte do objeto ou de sua totalidade antes de ocorrido o prazo para recebimento definitivo, por razões de seu exclusivo interesse e necessidade, não importará na assertiva de que a **PREFEITURA** efetuou o recebimento definitivo e nem exonerará a **DETENTORA DA ATA** das obrigações de reparar danos eventuais ocorridos pelo uso do referido objeto.

Parágrafo quinto: A recusa do objeto no processo de fiscalização, ou o envio deste para análise, interrompe o prazo de pagamento, voltando a correr, em sua totalidade, a partir da data em que o mesmo for substituído ou tiver sido aprovado pelos testes realizados, ocorrendo tal interrupções tantas vezes quantas forem recusado o objeto no recebimento provisório e houver a necessidade de sua substituição.

Parágrafo sexto: O recebimento definitivo não implica na falta de responsabilização da **DETENTORA DA ATA** pelos prejuízos que o objeto fornecido venha causar a **PREFEITURA**, tendo em vista que os testes e demais provas são realizadas sobre amostras dos materiais e não possibilitam a certeza absoluta que todo o lote fornecido esteja em



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



consonância com as normas técnicas oficiais.

Parágrafo sétimo: A **PREFEITURA** se reserva o direito de proibir, rejeitar, vedar e outras providências mais adotar para perfeita execução do Contrato, arcando a **DETENTORA DA ATA** com todos os ônus decorrentes da atividade fiscalizadora da **PREFEITURA**.

Parágrafo oitavo: O recebimento pela **PREFEITURA**, provisório ou definitivo do objeto, não exclui ou isenta a **DETENTORA DA ATA** da responsabilidade civil prevista no Código Civil Brasileiro, no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações correlatas, que perdurará pelo prazo e nas condições fixadas na lei.

11ª-FUNDAMENTO LEGAL - Processo de Licitação - Modalidade **Pregão Eletrônico** nº ____/20____ de ____ de 20____, devidamente homologada no **Processo de Licitação** nº ____, e Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como demais Legislação de Direito Administrativo, aplicáveis à espécie.

12ª-VINCULAÇÃO - A presente Ata de Registro de Preços está vinculado ao **Pregão Eletrônico** nº ____/20____ de ____ de 20____ e à proposta da **DETENTORA DA ATA**, fazendo parte integrante deste instrumento, como se transcrito estivessem literalmente.

13ª-DO FORO - Eleggem as partes, com renúncia dos demais, por mais privilegiados que sejam, o foro da Comarca de-SP, como o competente para dirimir as questões suscitadas da interpretação deste instrumento, do Edital ou da Proposta da **DETENTORA DA ATA**.

14ª-DA PUBLICAÇÃO - Caberá a **PREFEITURA** providenciar, por sua conta, a publicação do extrato da presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, na imprensa oficial e dentro do prazo legal.

15ª - DA LEI ANTICORRUPÇÃO - As partes **CONTRATANTES** comprometem-se a observar os preceitos legais instituídos pelo ordenamento jurídico brasileiro no que tange ao combate à corrupção, em especial a Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, e, no que lhe forem aplicáveis, os seguintes tratados internacionais:

a) Convenção sobre o Combate da Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais (Convenção da OCDE) - Decreto n.º 3.678/2000;

b) Convenção Interamericana Contra a Corrupção (Convenção da OEA) - Decreto n.º 4.410/2002;

c) Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção (Convenção das Nações Unidas) - Decreto n.º 5.687/2006.

Parágrafo primeiro: A **DETENTORA DA ATA** declara, por si e por seus administradores, funcionários, representantes e outras pessoas que agem em seu nome, direta ou indiretamente, estar ciente dos dispositivos contidos na Lei n.º 12.846/2013;





PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



Parágrafo primeiro: Constitui obrigação da **DETENTORA DA ATA**, informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto à aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste.

Parágrafo segundo: Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura do termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

Parágrafo terceiro: A **PREFEITURA** não se obriga a utilizar a presente Ata de Registro de Preços, se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições.

Parágrafo quarto: A existência de preços registrados não obriga a **PREFEITURA** a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado a **DETENTORA DA ATA** a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Parágrafo quinto: A **DETENTORA DA ATA** obriga-se a manter, durante toda a execução da Ata em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, de acordo com o Art. 92, inciso XVI da Lei 14133/2021.

....., 20.

Prefeito Municipal

DETENTORA DA ATA
Administrador Sócio

TESTEMUNHAS:



PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA BRASIL
CNPJ 01.611.210/0001-89



ANEXO X - PREGÃO ELETRÔNICO N° 006/2024

TERMO DE CIÊNCIA E NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE:

CONTRATADO:

CONTRATO N° (DE ORIGEM):

OBJETO:

ADVOGADO (S)/ N° OAB: Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraído cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução n° 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar n° 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) Qualquer alteração de endereço - residencial ou eletrônico - ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: -

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

